

Nome/Razão: CPL DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
CNPJ/CPF: 23.299.477/0001-15
Insc.Municipal 1171917
Endereço: RUA MARECHAL DEODORO, 403 Complemento: Sala 02 Fone (49) 3442 1281
Bairro: CENTRO CEP: 89.700-174
Cidade: Concórdia Estado: Santa Catarina

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 255/2024 - PMC
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 141/2024 – PMC**

**DECLARAÇÃO A SER APRESENTADA PELA PESSOA JURÍDICA CONSTANTE DO
INCISO XI ART. 4º DA IN RFB nº 1.234/12. (Empresas Optantes pelo SIMPLES)**

A empresa CPL DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA , inscrita no CNPJ sob nº 23.299.477/0001-15, por seu diretor (sócio gerente, proprietário) SILMAR ANTONIO BALBINOT, portador(a) da Carteira de Identidade nº 6012330202 SSP-RS , e inscrito(a) no CPF/MF com o nº 383.829.890-04, para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da Contribuição Sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), e da Contribuição para o PIS/PASEP, a que se refere o artigo 64 da Lei nº 9.430, de 27 de setembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I preenche os seguintes requisitos:

a) Conserva em boa ordem, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contada da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venha a modificar sua situação patrimonial; e

Cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil, e à pessoa jurídica pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto Lei nº 2.848, de 7 de setembro de 1940 Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Concórdia-SC, 09 de Outubro de 2024